



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER N° , DE 2021

SF/21751.97262-01

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, do Senador Jayme Campos, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) [de] pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para possibilitar que o MEI possa contratar até dois empregados.*

Autor: Senador **JAYME CAMPOS**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, de autoria do Senador Jayme Campos, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) [de] pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para possibilitar que o MEI possa contratar até dois empregados.*

A proposta é composta por dois artigos e tem como objetivo ampliar o limite de receita bruta que permite o enquadramento de empresário na categoria de MEI, bem como aumentar o número de funcionários que o referido empreendedor pode contratar.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição introduz alterações aos arts. 18-A e 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

O art. 2º é a cláusula de vigência e estabelece que a Lei resultante da aprovação do Projeto de Lei sob análise entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da proposição destaca os benefícios sociais e econômicos da criação da figura do MEI, entre os quais o impulsionamento à atividade econômica e o incentivo à redução da informalidade. De forma a avançar nesses objetivos e, igualmente, ajudar o empreendedor que já está enquadrado como MEI e que vislumbra possibilidades de ampliação de sua atividade econômica, propõe-se um aumento de limite de faturamento de contratação de funcionários.

Quanto aos impactos financeiros e orçamentários, em cumprimento ao disposto no art. 125, § 4º, da Lei nº 14.116, de 30 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021), a redução de receita decorrente da conversão em lei deste projeto foi, de acordo com a justificação da proposição, estimada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado em R\$ 2,32 bilhões para o ano de 2022, R\$ 2,48 bilhões para o ano de 2023 e R\$ 2,64 bilhões para o ano de 2024.

Foram apresentadas sete emendas à proposição.

A Emenda nº 1, do Senador Randolfe Rodrigues, propõe aumentar o limite de receita bruta para R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais), valor que consideraria a inflação acumulada entre 2006 e 2021.

A Emenda nº 2, também do Senador Randolfe Rodrigues, sugere estabelecer que o limite de receita bruta seja corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A Emenda nº 3, da Senadora Mara Gabrilli, propõe permitir que o MEI possa, facultativamente, contratar um empregado que seja beneficiário reabilitado da Previdência Social ou pessoa com deficiência, sem que esse funcionário seja contabilizado no limite de contratação de que trata o art. 18-C.

A Emenda nº 4, da Senadora Rose de Freitas, propõe permitir que o MEI possa contratar até três empregados.

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

A Emenda nº 5, do Senador Paulo Rocha, propõe suprimir a alteração sugerida ao art. 18-C da Lei Complementar nº 123, de 2006, mantendo assim inalterado o limite máximo de contratação de até um empregado pelo MEI.

A Emenda nº 6, do Senador Izalci Lucas, propõe alterar a redação do § 4º-A do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, a fim de permitir que aqueles que desenvolvem atividades de intermediação imobiliária possam se enquadrar como microempreendedores individuais.

A Emenda nº 7, do Senador Izalci Lucas, propõe elevar para R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) o limite de receita bruta anual, de forma a ajustar o limite pro-rata mensal para o cálculo de que trata o § 2º do art. 18-A, dos propostos R\$ 10.833,33 (dez mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) para R\$ 11.000,00 (onze mil reais), simplificando assim o seu cálculo.

É o relatório. Passamos à análise do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021.

II – ANÁLISE

A apreciação da proposição em Plenário, em substituição às comissões temáticas, ante o período excepcional em que se encontra o País, não encontra óbices no aspecto regimental e está fundamentada no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Não há vício de competência nem de iniciativa na proposição.

A matéria apresentada é competência da União, e deve ser regulamentada por meio de lei complementar, conforme previsto no art. 146, inciso III, alínea “d” e parágrafo único, da Constituição Federal.

Ainda quanto ao aspecto constitucional, os arts. 170 e 179 da Carta Magna preveem o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte e o dever de todos os entes da Federação dispensarem às micro e pequenas empresas tratamento jurídico diferenciado, “visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

No concernente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados nos termos do § 1º do art. 61 da Constituição, de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar projeto de lei referente ao tema.

A proposição observa as normas de técnica legislativa apropriadas estabelecidas por meio da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Encerrada a análise formal, passamos à avaliação do mérito da iniciativa.

A importância da figura do Microempreendedor Individual para a economia, para a geração de empregos, para a redução do trabalho informal e para a garantia de trabalho e renda de inúmeras famílias é amplamente reconhecida.

A grande vantagem do enquadramento como MEI é a possibilidade de pagamento de carga tributária reduzida, por meio de um sistema de recolhimento único (Documento de Arrecadação Simplificada – DAS), de valor fixo, em comparação às alíquotas do Simples, que incidem sobre a receita bruta e são progressivas conforme a faixa de faturamento. A simplicidade e a carga tributária reduzida são incentivos fundamentais à formalização de muitos empreendedores.

A formalização como microempreendedor individual permite, por exemplo, a emissão de notas fiscais e o acesso a coberturas previdenciárias.

De acordo com dados oficiais do governo, o número de MEIs cresceu 8,4% no ano de 2020. Ao final de 2020 existiam no Brasil 11,2 milhões de MEIs ativos, correspondendo a 56,7% do total de negócios em funcionamento no país.

Atualmente pode se enquadrar como MEI, nos termos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e observe as demais condições legais. Uma dessas condições adicionais encontra-se prevista no art. 18-C do referido diploma legal, e permite o enquadramento como MEI apenas do

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

empresário que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário-mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

A proposta do Senador Jayme Campos, conforme já vimos, consiste em elevar para R\$ 130.000,00 (cento de trinta mil reais) o limite de faturamento e possibilitar a contratação de até dois empregados. Trata-se de medida capaz de contribuir para a redução da burocracia e reforçar os incentivos à regularização e expansão de pequenos negócios.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, proposições que reduzam a arrecadação tributária devem observar as regras estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal (art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT), pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, chamamos especial atenção, pelo art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – de 2021), o qual prevê que:

Art. 125. As proposições legislativas e as suas emendas, observado o disposto no art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

A redução de receita decorrente da conversão em lei deste projeto foi estimada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado em R\$ 2,32 bilhões para o ano de 2022, R\$ 2,48 bilhões para o ano de 2023 e R\$ 2,64 bilhões para o ano de 2024, conforme expresso na justificação do Projeto de Lei. Sob esse aspecto, portanto, o único reparo que fazemos diz respeito à importância de se ajustar a cláusula de vigência, prevendo que a lei que se pretende aprovar entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

No que diz respeito às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 7, por mais que abordem temas que nos pareçam meritórios, a sua aprovação implicaria, conforme o caso, em fixar limites maiores de receita bruta anual, número de empregados ou expandir o rol de atividades elegíveis ao enquadramento como MEIs, todas essas medidas que tendem a reduzir receitas tributárias.

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Ocorre que tais emendas não apresentaram a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme determinado pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, especialmente, pelo art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – de 2021), de maneira que deixo de acatar as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 7.

Com relação à Emenda nº 5, que propõe rejeitar o pretendido aumento do número de empregados que um MEI pode contratar, tendo em vista a preocupação de que a medida possa promover uma maior precarização do mercado de trabalho, observo que o empregado contratado por um MEI possui os mesmos direitos dos empregados de outros tipos de empresa, incluindo por exemplo os direitos a férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao piso salarial de sua categoria.

Ainda a esse respeito, recordo que, de acordo com o § 4º-B do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) determinar as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento do MEI, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho.

Por tais razões deixo de acolher a Emenda nº 5, pois pelos motivos expostos acima, não ajudaria a diminuir os riscos de fraudes trabalhistas envolvendo o mau uso do instituto.

Por fim, quanto à Emenda nº 6, que pretende abrir a possibilidade de que corretores de imóveis possam ser enquadrados como MEIs, diante da ausência de estimativa de impacto financeiro-orçamentário, aplica-se o mesmo raciocínio que conduziu ao não acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 7.

Além disso, ainda a respeito da Emenda nº 6, o inciso I do § 4º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, impede a opção pela sistemática de recolhimento previsto para o MEI de atividade que seja tributada pelo Anexo V da referida Lei, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo CGSN. Dessa forma, quem exerce a atividade de corretor de imóveis não pode optar pela sistemática de recolhimento como MEI, haja vista que a representação comercial e demais atividades de intermediação de

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

negócios e serviços de terceiros são tributadas na forma do referido Anexo V da Lei Complementar nº 123, de 2006, por força do art. 18, § 5º-I, inciso VII.

Por essas duas razões, deixo também de acolher a Emenda nº 6.

Conforme muito bem exposto em sua justificação, o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, não propõe nenhum benefício exagerado ou favorece setores específicos, mas busca auxiliar microempresários que trabalham por conta própria, muitos dos quais enfrentam momentos econômicos difíceis em razão da pandemia, e incentivar o desenvolvimento de novos empreendimentos.

Destacamos que, diante dos altos índices de desemprego, muitos profissionais encontraram no empreendedorismo uma forma de gerar renda e explorar novas atividades econômicas.

A proposição tem, assim, potencial para movimentar a economia e ajudar a reduzir os índices de desemprego, tanto por meio do incentivo ao empreendedorismo quanto por possibilitar a abertura de novos postos de trabalho.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, com a emenda que apresentamos a seguir, e pela rejeição das demais emendas.

EMENDA Nº –PLEN

Confira-se ao art. 2º e do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.”

SF/21751.97262-01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21751.97262-01